

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Potiguar

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Potiguar ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Potiguar em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de relatório se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ativos registrados no imobilizado no montante de R\$11.223 mil (R\$12.116 mil em 2018), com possível indicação de desvalorização. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

A receita líquida da Companhia é um componente relevante das demonstrações financeiras. Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou receita de venda de energia no valor de R\$105.193 mil.

A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita fixa e da receita variável sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido a esses aspectos, consideramos o reconhecimento da receita como o principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros, os nossos procedimentos de auditoria consistiram em: (a) obtenção do entendimento do fluxo de reconhecimento das receitas considerando a sua natureza e os aspectos definidos em contrato; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração para o reconhecimento das receitas; (c) seleção de transações de vendas ao longo do exercício e confronto com os respectivos documentos-suporte aplicáveis às circunstâncias, objetivando verificar a validade das receitas contabilizadas, a sua relação com o curso normal dos negócios da Companhia e a contabilização no período de competência; e (d) análise das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências satisfatórias de auditoria obtidas, consideramos que os processos e julgamentos efetuados pela Administração da Companhia para suportar o reconhecimento da receita, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 20 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.313	3.573	Fornecedores	13	4.556	17.477
Contas a receber	5	9.022	24.774	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	5.909	25.563
Impostos a recuperar	7	2.088	1.275	Obrigações sociais e trabalhistas		848	742
Estoques	9	17.541	20.953	Obrigações tributárias	15	1.539	2.091
Outras contas a receber		<u>3.846</u>	<u>2.581</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	9.785	9.984
Total dos ativos circulantes		<u>38.810</u>	<u>53.156</u>	Outras contas a pagar	16	<u>4.850</u>	<u>4.578</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>27.487</u>	<u>60.435</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos bancários vinculados	6	6.394	6.406	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	18.410	24.225
Impostos a recuperar	7	-	1.122	Partes relacionadas	10	-	26.734
Estoques	9	2.029	-	Obrigações tributárias	15	2.246	-
Impostos diferidos	8	523	2.076	Provisão para risco trabalhista	17	477	405
Depósitos judiciais	17	829	3.823	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	16.047	-
Partes relacionadas	10	14.486	47.512	Outras contas a pagar	16	<u>10.071</u>	<u>16.413</u>
Imobilizado	11	105.380	104.554	Total dos passivos não circulantes		<u>47.251</u>	<u>67.777</u>
Intangível		7.055	7.055				
Diferido	12	<u>1.235</u>	<u>1.544</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		137.931	174.092	Capital social	18	47.102	47.102
				Reservas de lucros		<u>54.901</u>	<u>51.934</u>
				Total do patrimônio líquido		102.003	99.036
TOTAL DOS ATIVOS		<u>176.741</u>	<u>227.248</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>176.741</u>	<u>227.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	94.447	82.331
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	20	(57.012)	(48.991)
LUCRO BRUTO		<u>37.435</u>	<u>33.340</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(9.339)	(5.191)
Honorários dos Administradores	20	(1.183)	(1.199)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	66	13
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>26.979</u>	<u>26.963</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	3.327	6.083
Despesas financeiras	21	<u>(6.680)</u>	<u>(7.709)</u>
Total		<u>(3.353)</u>	<u>(1.626)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>23.626</u>	<u>25.337</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(5.089)	(4.677)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(1.553)	1.582
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	<u>3.723</u>	<u>6.723</u>
Total		<u>(2.919)</u>	<u>3.628</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>20.707</u>	<u>28.965</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		<u>0,551</u>	<u>0,771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.707	28.965
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>20.707</u>	<u>28.965</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		30.004	2.427	22.613	12.818	-	67.862
Lucro líquido do exercício:		-	-	-	-	28.965	28.965
Reclassificação de reservas		-	-	12.130	(12.130)	-	-
Aumento de capital	18	18.494	-	-	-	-	18.494
Resgate de ações	18	(1.396)	-	-	-	-	(1.396)
Destinação do lucro:							
Reserva legal	18	-	1.112	-	-	(1.112)	-
Reserva de incentivo fiscal	18	-	-	3.370	-	(3.370)	-
Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS	18	-	-	3.353	-	(3.353)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$0,02 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(618)	-	(618)
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$0,23 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(8.650)	(8.650)
Juros sobre capital próprio a pagar (R\$0,15 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(5.621)	(5.621)
Reserva de lucros retidos	18	-	-	-	6.859	(6.859)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		47.102	3.539	41.466	6.929	-	99.036
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	20.707	20.707
Destinação do lucro:							
Reserva legal	18	-	1.035	-	-	(1.035)	-
Reserva de incentivo fiscal	18	-	-	3.723	-	(3.723)	-
Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS	18	-	-	119	-	-	119
Dividendos adicionais a pagar (R\$0,37 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(6.859)	(7.013)	(13.872)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (R\$0,11 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(3.987)	(3.987)
Reserva de lucros retidos	18	-	-	-	4.949	(4.949)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		47.102	4.574	45.308	5.019	-	102.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		20.707	28.965
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	4.840	4.827
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	11	909	44
Reclassificação de imobilizado processo judicial		(2.863)	-
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	14 e 21	2.603	5.595
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	14 e 21	535	734
Encargos líquido sobre mútuos	10	(1.567)	(3.228)
Provisão de risco trabalhista		72	405
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	1.553	(1.582)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		15.752	(10.541)
Estoques		1.383	(6.090)
Impostos a recuperar		(11.680)	(1.297)
Outras contas a receber		(1.265)	2.866
Depósitos judiciais		-	(3.823)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(12.802)	14.393
Impostos a recolher		15.506	(2.841)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.823)	-
Obrigações sociais e trabalhistas		106	(416)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(2.673)	(5.945)
Outras contas a pagar		(6.070)	(6.302)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>23.223</u>	<u>15.764</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	11	(410)	(107)
Depósitos bancários vinculados		<u>12</u>	<u>5</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(398)</u>	<u>(102)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	16.000
Custo de captação adicionado	14	-	(183)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	(25.934)	(36.382)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18	(18.057)	(5.414)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	16.047	-
Resgate de ações	18	-	(1.396)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		<u>7.859</u>	<u>15.183</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(20.085)</u>	<u>(12.192)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>2.740</u></u>	<u><u>3.470</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.573	103
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	6.313	3.573
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>2.740</u></u>	<u><u>3.470</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA POTIGUAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Potiguar ("Companhia" ou "CEP") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 09.439.128/0001-20, controlada pela Global Participações em Energia S.A., constituída em 19 de dezembro de 2007, com sede em Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, com o objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME nº 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as Unidades Termoelétricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, em decorrência do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL, para geração a partir de janeiro de 2009, com vigência até 2023.

As UTEs Potiguar e Potiguar III entraram em operação comercial em março de 2009.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das principais usinas hidrelétricas, bem como limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo dos anos de 2018 e 2019. Com isso, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, receita de geração variável de R\$45.560 (R\$33.673 em 2018), além da receita fixa pela disponibilidade das usinas no valor de R\$60.367 (R\$58.033 em 2018). Nos exercícios de 2018 e 2019, a geração foi dispersa ao longo do ano, ocorrendo de forma intermitente em intervalos não regulares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia no curso normal de suas atividades, e inicialmente são reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado. A provisão para perdas é reconhecida desde o faturamento, com base nas performances históricas de recebimento registrado e mantido no balanço pelo valor nominal dos títulos, não sendo ajustado a valor presente por apresentar, preponderantemente, vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do contas a receber.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 12.

Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição e trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso, quando cabível, do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; sempre que aplicável, também, realiza doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estava atuando como agente ou principal e concluiu que estava atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrada com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do segundo leilão de energia nova realizado em 2007. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir:

Norma	CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Esta norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos para a Companhia.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	-	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>6.313</u>	<u>3.572</u>
Total	<u><u>6.313</u></u>	<u><u>3.573</u></u>

As aplicações financeiras correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 62% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98%, em 2018).

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a vencer	2.209	3.374
Valores a faturar	<u>6.813</u>	<u>21.400</u>
Total	<u><u>9.022</u></u>	<u><u>24.774</u></u>

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, e à venda de energia no mercado de curto prazo, na modalidade "spot".

A Companhia, consubstanciada na análise do seu contas a receber, não tem expectativa de perdas na realização deste.

Em outubro de 2018, a Companhia firmou com o ONS um contrato para prestação de serviços ancilares (CPSA), para despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa (RPO).

Em razão de uma situação transitória de mercado, decorrente da judicialização de operações do Setor Elétrico no MCP, a Companhia pode aproveitar a oportunidade disponível buscando agentes do mercado que assumam estes créditos oriundos das operações de CPSA, viabilizando a realização financeira tempestiva de parte (ou mesmo total) do faturamento, em troca do pagamento de um percentual de deságio.

Em função a esta nova modalidade todas as receitas passaram a ser de curto prazo.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	6.394	6.406

A Companhia possui aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituição financeira credora, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidas até o seu vencimento, previsto para dezembro de 2023. Atualmente a remuneração é equivalente a 92,5% do CDI (62% do CDI, em 2018).

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2019	2018
IRPJ	442	401
IRRF	1.337	1.309
CSLL	-	-
PIS sobre faturamento	2	8
COFINS sobre faturamento	6	32
Outros	301	647
Total	<u>2.088</u>	<u>2.397</u>
Circulante	2.088	1.275
Não circulante	-	1.122
Total	<u>2.088</u>	<u>2.397</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	Alíquota	2019	2018
Prejuízos fiscais acumulados		744	6.937
Bases negativas acumuladas		2.161	8.530
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(1.186)	(1.476)
Despesas pré-operacionais		187	234
P&D - pesquisa e desenvolvimento		3.164	-
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		(255)	5.695
Total de bases negativas e diferenças temporárias		4.326	7.288
Imposto de renda	25%	(64)	1.423
Imposto de renda -alíquota efetiva	6,25%	198	-
Contribuição social	9%	389	653
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		523	2.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		1.480	2.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(957)	(505)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>523</u>	<u>2.076</u>
Efeito no Resultado		<u>(1.553)</u>	<u>1.582</u>

A expectativa da realização dos impostos diferidos, conforme o plano de negócios aprovado Administração da Companhia, está apresentado a seguir:

	2019				2018
	Diferido	Custo de captação	Prejuízo fiscal e base negativa	PLR/ P&D	Total
2019	-	-	-	-	2.417
2020	16	(102)	380	60	(84)
2021	16	(102)	-	60	(84)
2022	16	(102)	-	60	(84)
2023	16	(97)	-	302	(89)
2024 em diante	-	-	-	-	-
Total	<u>64</u>	<u>(403)</u>	<u>380</u>	<u>482</u>	<u>2.076</u>

9. ESTOQUES

	2019	2018
Combustível	8.754	9.357
Almoxarifado de peças para manutenção	10.816	11.580
Outros estoques	-	16
Total	<u>19.570</u>	<u>20.953</u>
Circulante	17.541	20.953
Não circulante	2.029	-
Total	<u>19.570</u>	<u>20.953</u>

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ref.	Encargos incidentes	2019			2018		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	(a)	CDI+3,6%	14.486	-	2.841	47.512	-	5.576
Jones Aranha de Sá	(b)		-	-	(599)	-	13.367	(1.174)
Djalma Nunes Fernandes	(b)		-	-	(675)	-	13.367	(1.174)
Total			<u>14.486</u>	<u>-</u>	<u>1.567</u>	<u>47.512</u>	<u>26.734</u>	<u>3.228</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>								
Global Participações em Energia S.A.	(c)	sem encargos	-	14.282	-	-	-	-
Fernando W. Magalhaes Filho	(c)	sem encargos	-	1.605	-	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes	(c)	sem encargos	-	160	-	-	-	-
Total			<u>-</u>	<u>16.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Outras contas a pagar</u>								
Areia Energia S.A.	(d)	sem encargos	-	857	-	1.075	-	-
Água Limpa Energia S.A.	(d)	sem encargos	-	1.021	-	1.282	-	-
Global Participações em Energia S.A.	(d)	sem encargos	-	2.796	-	3.509	-	-
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	(d)	sem encargos	-	1.779	-	2.234	-	-
Total			<u>-</u>	<u>6.453</u>	<u>-</u>	<u>8.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Fornecimento de serviços</u>								
Global Engenharia Ltda.	(e)	sem encargos	-	831	(10.277)	-	1.193	(9.725)
Total			<u>-</u>	<u>831</u>	<u>(10.277)</u>	<u>-</u>	<u>1.193</u>	<u>(9.725)</u>

- (a) Os valores registrados como mútuo com a Termoelétrica Potiguar S.A. - TEP são remunerados com base na variação mensal do CDI, acrescida de juros de 3,6% ao ano.
- (b) Saldo a pagar aos mutuantes Djalma Fernandes e Jones Sá, com vencimento em setembro de 2020, quitado antecipadamente em 10/10/2019 e 21/10/2019, respectivamente.
- (c) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinados durante o ano de 2019, os quais serão integralizados ao capital em 2020.
- (d) Refere-se a compra de prejuízo fiscal e base negativa das empresas do mesmo grupo econômico para adesão ao parcelamento PERT, por meio da opção IV, parcelando a entrada de 24% em 24 parcelas e quitando os 76% com prejuízo e base negativa sem redução de juros e multa.
- (e) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$1.183 (R\$1.199 em 2018) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11. IMOBILIZADO

	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	10%	(*)	20%	-	-	
<u>Custo corrigido</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.402	395	98.784	838	12.239	33	140.691
Adições	-	-	84	23	-	-	107
Baixa	-	(20)	(116)	-	-	-	(136)
Transferências	19	15	(6)	-	(28)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.421	390	98.746	861	12.211	33	140.662
Reclassificação	-	-	-	-	5.857	-	5.857
Adições	-	6	324	80	-	-	410
Baixa	-	(17)	(445)	(2)	(594)	-	(1.058)
Transferências	-	-	(45)	13	32	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	28.421	379	98.580	952	17.506	33	145.871
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.053)	(192)	(20.055)	(360)	-	(21)	(31.681)
Adições	(946)	(20)	(3.430)	(118)	-	(5)	(4.519)
Baixa	-	49	43	-	-	-	92
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(11.999)	(163)	(23.442)	(478)	-	(26)	(36.108)
Adições	(947)	(21)	(3.429)	(131)	-	(4)	(4.532)
Baixa	-	19	130	-	-	-	149
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12.946)	(165)	(26.741)	(609)	-	(30)	(40.491)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2019	15.475	214	71.839	343	17.506	3	105.380
Saldo líquido 31 de dezembro de 2018	16.422	227	75.304	383	12.211	7	104.554

(*) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019, com exceção do montante de R\$11.223 mil registrado como imobilizado em andamento, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Para os demais ativos, a Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019 um saldo de imobilizado em andamento no montante de R\$17.506 (R\$12.211 em 2018), o saldo é composto por projetos de otimizar e viabilizar o bom funcionamento da Companhia, da reclassificação da contabilização dos valores relativos ao processo de aquisição do terreno da usina em discussão judicial, além dos motogeradores que fazem parte do processo judicial contra a Caterpillar, conforme nº 17, sendo este último o ativo que a Administração da Companhia não realizou a análise de realização dos ativos.

Bens dados em garantia

A Companhia possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$98.959 em 31 de dezembro de 2019 (R\$103.937 em 2018), líquidos de depreciação.

12. DIFERIDO

	2019	2018
Despesas pré-operacionais	4.686	4.687
Amortização acumulada	(3.451)	(3.143)
Total	<u>1.235</u>	<u>1.544</u>

Refere-se a gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento, os quais foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2009, à taxa de 6,67% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

13. FORNECEDORES

	2019	2018
CGTI Centro de Gestão e Tecnologia	-	90
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	-	589
Cummins Vendas e Serviços	2	180
Global Engenharia Ltda	831	1.193
Instituto Avançado de Tecnologia	34	190
Petrobrás Distribuidora S.A.	-	14.350
Sotreq S.A.	6	174
Venable LLP	3.407	-
Outros fornecedores	276	711
Total	<u>4.556</u>	<u>17.477</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2019	2018
Banco do Nordeste - FNE (a)	dez/23	10%a.a.	121	6.110	19.274	25.505	31.444
(-) Custos de transação		com bônus	-	(322)	(864)	(1.186)	(1.482)
Subtotal			121	5.788	18.410	24.319	29.962
Banco BBM (b)	mar/19	CDI +	-	-	-	-	5.065
(-) Custos de transação		2,45% a.a.	-	-	-	-	(21)
Subtotal			-	-	-	-	5.044
Banco BBM - Debêntures (c)	set/19	CDI +	-	-	-	-	15.000
(-) Custos de transação		2,60% a.a.	-	-	-	-	(218)
Subtotal			-	-	-	-	14.782
Total			121	5.788	18.410	24.319	49.788
Circulante			121	5.788	-	5.909	25.563
Não circulante			-	-	18.410	18.410	24.225
Total			121	5.788	18.410	24.319	49.788

- (a) O contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações, mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023.
- (b) Duas Cédulas de Crédito Bancário assinadas em 25/08/2018 com data de vencimento em 12/03/2019 nos montantes de R\$7 e 4 milhões, tem incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 2,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas e foi emitido pelo Banco BBM. Em 04/09/2018, foram aditadas e tiveram seu spread reduzido para 2,45% ao ano. Em 08/02/2019 o empréstimo foi totalmente quitado.
- (c) Contrato da 1ª emissão da 1ª série de debêntures assinado em 15 de dezembro de 2016, com liberações de R\$40.000 em 20 de janeiro de 2017, sob regime de garantia firme e R\$15.000 sob o regime de melhores esforços de colocação, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 4,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 22 de outubro de 2017, finalizando-se em 22 de setembro de 2019. Foi realizado o 1º aditamento em 22 de junho de 2017, reduzindo o valor da emissão para R\$40.000 sob regime de garantia firme. Mantendo-se as demais condições. Em 18/07/2018, realizou-se o 2º aditamento em que foi reduzido o spread para 2,60% ao ano. Em 23/09/2019 a debênture foi totalmente quitada.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	27.981	41.988	69.969
Juros e variações monetárias provisionadas	5.595	-	5.595
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(5.945)	-	(5.945)
Amortização dos custos de captação	734	-	734
Custo de capitação adicionado	(183)	-	(183)
Transferências	17.763	(17.763)	-
Captação de financiamentos	16.000	-	16.000
Pagamentos de principal	(36.382)	-	(36.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	25.563	24.225	49.788
Juros e variações monetárias provisionadas	2.603	-	2.603
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.673)	-	(2.673)
Amortização dos custos de captação	535	-	535
Transferências	5.815	(5.815)	-
Pagamentos de principal	(25.934)	-	(25.934)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.909	18.410	24.319

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	5.813
2021	6.030	6.022
2022	6.246	6.237
2023	6.134	6.153
Total	<u>18.410</u>	<u>24.225</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Os contratos de financiamento e debêntures firmados pela Companhia estão garantidos por: (a) penhor dos direitos emergentes das autorizações; (b) cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis); (c) penhor de 599 ações ordinárias (63,75%) da Companhia detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (d) autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios; (e) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (f) hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizada a termoeletrica; (g) fundo de liquidez em conta reserva; e (h) aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R\$6.365

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu todos os "covenants" financeiros e não financeiros.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
CSLL - Contribuição Social	281	395
INSS serviços de terceiros	67	50
PIS - Programa de integração social	78	42
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	364	200
IRRF serviços de terceiros	8	7
PIS/COFINS/CSLL retidos	45	41
ICMS e DIFAL	3	30
Parcelamentos tributários	2.888	1.284
Outros tributos a recolher	51	42
Total	<u>3.785</u>	<u>2.091</u>
Circulante	1.539	2.091
Não circulante	2.246	-
Total	<u>3.785</u>	<u>2.091</u>

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, por meio da opção IV, pela qual efetuará a quitação da dívida tributária da seguinte forma: 24% do saldo a pagar por meio de desembolso de caixa parcelado em 24 vezes, com pagamentos mensais, e os 76% remanescente por meio de compensação de prejuízo fiscal e base negativa.

O prejuízo fiscal e base negativa utilizados para quitação da mencionada dívida foram adquiridos, com deságio, de outras Companhias do Grupo Global Participações em Energia S.A. O ganho total em função do deságio na aquisição, no montante total de R\$6.258, foi reconhecido no resultado financeiro. Os efeitos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Reconhecimento da dívida	22.569
Amortização da dívida com prejuízos fiscais e base negativa	(17.152)
Pagamentos	<u>(1.129)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.288
Pagamentos	<u>(3.004)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.284
Pagamentos	<u>(1.284)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>

Em 10 de julho de 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário por meio de um pedido espontâneo, parcelando o débito em 60 parcelas iguais e consecutivas por meio de débito em conta.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.351	5.928
Água Limpa Energia S.A. (i)	1.021	1.282
Areia Energia S.A. (i)	857	1.075
Global Participação em Energia S.A. (i)	2.796	3.509
TEP Termoelétrica Potiguar S.A. (i)	1.779	2.234
Petrobras (ii)	2.109	6.962
Outras	8	1
Total	<u>14.921</u>	<u>20.991</u>
Circulante	4.850	4.578
Não circulante	<u>10.071</u>	<u>16.413</u>
Total	<u>14.921</u>	<u>20.991</u>

(i) Contas a pagar em razão da compra de prejuízos fiscais, ver nota explicativa nº 10.

(ii) Contas a pagar em razão da compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petrobras (ver nota explicativa nº 1).

17. RISCOS CONTINGENCIAIS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

Em relação ao saldo de R\$405, refere-se a uma provisão de um processo administrativo junto à Receita Federal, sobre INSS retido de serviço contratado de terceiros.

A Companhia possui uma ação extrajudicial ajuizada pela B2A referente a retenções de pagamento realizadas pela CEP em função de má prestação de serviços deste fornecedor, num montante total de R\$73.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; desta forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída. Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia é autora da ação, há duas causas com probabilidades de êxito possíveis, uma movida contra o fornecedor Caterpillar Inc., referente à reparação de danos causados por motogeradores comprados pela Companhia, e outra contra o Conselho Nacional de Política Energética, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão, as quais não estão registradas nas demonstrações financeiras.

Depósito judicial

Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela ajuizada pela Companhia Energética Potiguar S.A. - CEP, contra Afinco Abílio Felix Incorporações e Construções Ltda., cuja discussão se assenta sobre os termos do contrato de locação de imóvel com opção de compra firmada entre as partes. A demanda tem o propósito de adjudicar o bem locado em favor da autora, em face do exercício do direito de opção de compra, mediante pagamento do preço, nos termos do contrato entabulado pelas partes. Após movimentação processual favorável a Companhia o saldo foi transferido para conta contábil de terrenos, permanecendo em depósito judicial o montante de R\$829.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$47.102 (R\$47.102 em 2018) está representado por 37.555 (37.555 em 2018) ações ordinárias, sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	2018 e 2019	
	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	33.423.702	89%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.755.472	10%
Djalma Nunes Fernandes Junior	375.547	1%
Total	37.554.721	100%

Capital social

Em 31 de julho de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE") o capital social da Companhia foi aumentado com a utilização de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$18.494.

Em 5 de novembro de 2018, por meio de nova AGE, foi aprovado a redução no capital social da Companhia, por meio de resgate de ações preferenciais no, montante de R\$1.396.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, foi constituída uma reserva legal de R\$1.035 (R\$1.112, em 2018), totalizando R\$4.574 (R\$3.539, em 2018).

Incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal do imposto de renda registrada no montante de R\$45.308 (R\$41.466, em 2018) e o reconhecimento do incentivo fiscal utilizado no ano no montante de R\$3.842 (R\$6.723, em 2018).

Excesso de reservas de lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$4.832. A destinação desse excesso, foi efetuado com distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$6.859, deliberada pela assembleia geral de acionistas em 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$7.799, a qual será destinado em assembleia geral em 2020.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	20.707	28.965
Quantidade de ação por lote de mil	37.555	37.555
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,551</u>	<u>0,771</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	20.707	28.965
Reserva legal	(1.035)	(1.112)
Reservas de incentivos fiscais	(3.723)	(6.723)
Base para dividendos	<u>15.949</u>	<u>21.130</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>3.987</u>	<u>5.283</u>

Em 08 de abril de 2019, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$6.859 (R\$0,18 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, ainda não distribuídos.

Em 11 de novembro de 2019, a Administração destinou, em Reunião do Conselho de Administração, a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$3.987 (R\$0,11 por lote de mil ações) e dividendos adicionais de 2019 o valor de R\$7.013 (R\$0,19 por lote de mil ações), os quais foram totalmente pagos.

Em 27 de dezembro de 2018, a Administração aprovou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$5.621 (R\$0,15 por lote de mil ações), referentes a juros sobre capital próprio a distribuir, com retenção de imposto retido na fonte de R\$843, os quais foram pagos parcialmente, restando 2.926 a distribuir.

Em 26 de novembro de 2018, a Administração destinou, em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$8.650 (R\$0,23 por lote de mil ações) referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente pagos.

Em 10 de janeiro de 2018, a Administração aprovou em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de R\$618 (R\$0,02 por lote de mil ações), referentes a lucros a distribuir de exercícios anteriores, os quais foram totalmente distribuídos.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2019 está apresentado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	509
Dividendos propostos	9.268
Juros sobre capital próprio	5.621
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(843)
Dividendos pagos	<u>(4.571)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.984
Dividendos propostos	17.858
Juros sobre capital próprios pagos	(1.851)
Dividendos pagos	<u>(16.206)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>9.785</u>

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita de venda de energia	105.193	91.706
Deduções de venda		
PIS	(1.748)	(1.525)
COFINS	(8.050)	(7.026)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(948)	(824)
Total	<u>94.447</u>	<u>82.331</u>

20. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	2019	2018
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.324)	(3.502)
Depreciação e amortização	(4.839)	(4.827)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(6.665)	(6.519)
Custos com manutenção e operação	(45.429)	(37.568)
Arrendamentos e aluguéis	(221)	(252)
Custos e despesas com seguros	(232)	(239)
Despesas com viagens e comunicações	(388)	(320)
Serviços de terceiros	(405)	(1.101)
Assessoria e consultoria	(5.446)	(1.682)
Tributos	(190)	907
Outras despesas (receitas)	(329)	(265)
Total	<u>(67.468)</u>	<u>(55.368)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(57.012)	(48.991)
Despesas gerais e administrativas	(9.339)	(5.191)
Honorários dos Administradores	(1.183)	(1.199)
Outras receitas operacionais, líquidas	66	13
Total	<u>(67.468)</u>	<u>(55.368)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	391	488
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	2.841	5.576
PIS e COFINS sobre receita financeira	(163)	(297)
Outras receitas financeiras, líquidas	258	316
Subtotal	3.327	6.083
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(2.603)	(5.595)
Amortização de custo de captação	(535)	(734)
Juros sobre contrato de mútuo	(1.274)	(2.348)
Outras despesas financeiras, líquidas	(2.268)	968
Subtotal	(6.680)	(7.709)
Total	<u>(3.353)</u>	<u>(1.626)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos exercícios de 2019 e de 2018, a Companhia adotou o regime de lucro real para apuração do IRPJ e da CSLL. A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.626	25.337
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(8.033)	(8.615)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Adições	(1.306)	(603)
Exclusões	2.059	2.526
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	2.191	2.015
Subtotal	(5.089)	(4.677)
Incentivos fiscais do imposto de renda	3.723	6.723
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.553)	1.582
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(2.919)</u>	<u>3.628</u>

23. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<u>Abrangência</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vencimento</u>
Danos materiais	Subestação, sala de controle, linha de transmissão, tancagem de óleos e "power house" 1 e 2	121.174	14/05/2020
Responsabilidade civil de administradores e Diretores (D&O)	Indisponibilidade de bens e penhora online, cobertura para fiança, lesões corporais ou danos materiais.	15.000	27/07/2020

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração tem a responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, aos fatores de risco a seguir mencionados, porém não são por eles afetadas:

Risco de crédito - decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte destes clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez - decorre de eventual dificuldade em a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada, e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado - decorre de alterações nos preços de mercado, referentes a taxas de juros, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanha a variação próxima do CDI e fundos de renda fixa.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia possui contrato de promessa de compra e venda mercantil firmado com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual à dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023. Conforme estabelecido em contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se à penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	6.313	-	-	-	6.313
Depósito bancários vinculados	Custo amortizado	-	-	-	6.394	6.394
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	9.022	-	-	-	9.022
Outras contas a receber	Custo amortizado	3.846	-	-	-	3.846
Total		<u>19.181</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.394</u>	<u>25.575</u>
<u>Passivos financeiros</u>	<u>Mensuração contábil</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	Custo amortizado	4.556	-	-	-	4.556
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	5.909	6.030	6.246	6.134	24.319
Dividendos à pagar	Custo amortizado	9.786	-	-	-	9.786
Obrigações trabalhistas e sociais	Custo amortizado	848	-	-	-	848
Obrigações tributárias	Custo amortizado	1.539	660	660	926	3.785
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.850	-	-	10.071	14.921
Total		<u>27.488</u>	<u>6.690</u>	<u>6.906</u>	<u>17.131</u>	<u>58.215</u>

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Contábil	Provável	Possível	Remoto
		I	II	III		I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
<u>Ativo - Aplicações financeiras</u>								
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	112	117	116	115
Banco BBM	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	2	2	2	2
Banco Itaú	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	6.197	6.481	6.410	6.339
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	1	1	1	1
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	1	1	1	1
	Total aplicações financeiras				6.313	6.602	6.530	6.458
<u>Ativo - Depósitos bancários vinculados</u>								
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	6.394	6.687	6.614	6.541
	Total depósitos bancários vinculados				6.394	6.687	6.614	6.541
<u>Receita</u>								
Receita de venda	Baixa do IPCA	4,30%	3,23%	2,15%	105.193	109.716	108.585	107.455
	Total receita				105.193	109.716	108.585	107.455
	Total líquido				111.506	116.318	115.115	113.913
	Efeito no patrimônio líquido				-	4.812	3.609	2.407

* Fonte: Banco Santander

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos; desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.269, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$567), com vigência até o fim da autorização de operação das usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$702), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2019

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$11.989.
- Reserva de incentivo fiscal sobre ICMS no montante de R\$119.
- Reclassificação para imobilizado em função de processo judicial no montante de R\$5.857.

Exercício de 2018

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$9.090.